

18 JUL 2007

43

Carlos J. G. Cova*

GAZETA MERCANTIL

É preciso definir o modelo de crescimento

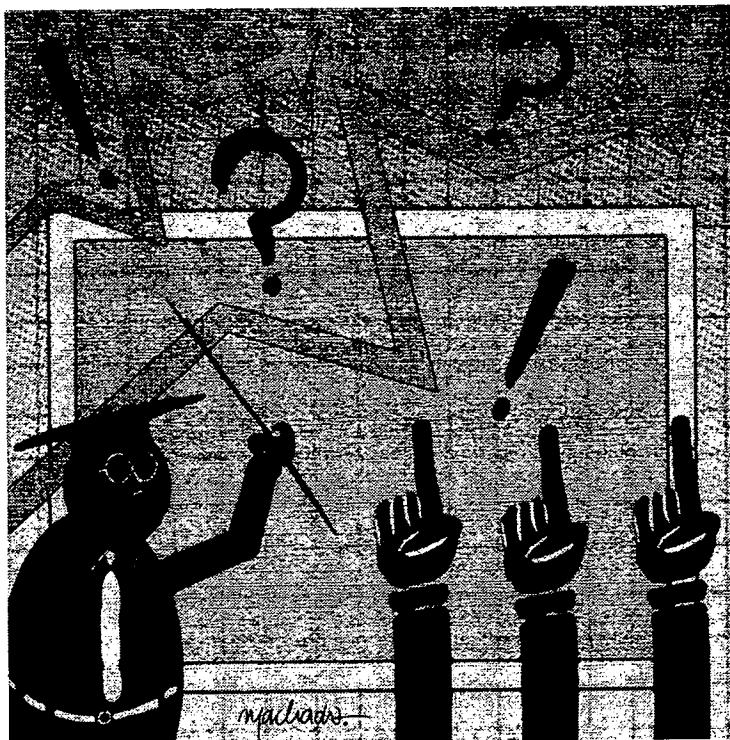
Empresas são as protagonistas, mas ao Estado cabe facilitar a inovação



É próprio daqueles que preferem permanecer na chamada zona de conforto intelectual a ausência de questionamentos. O ato de indagar, de questionar, de estabelecer suposições, rompe com o equilíbrio acomodatório tradicional daqueles que governam este país há gerações. Nada como tentar responder às perguntas que já foram formuladas, tal como obedientes alunos dos ciclos básicos de ensino. Não obstante, os vencedores do jogo são aqueles que fazem as perguntas corretas e não aqueles que dão as respostas certas para perguntas que já foram formuladas. Os primeiros são os desbravadores do conhecimento, e estão sempre na vanguarda, os demais são repetidores do conhecimento e via de regra estão a reboque dos acontecimentos, como coadjuvantes ou meros espectadores.

Esta provocação inicial reflete uma consequência do modelo de ensino no Brasil, que privilegia um ensino enciclopédico e sem conexão com os fatos do dia-a-dia, de sorte que os brasileiros em geral não são treinados para supor e questionar, mas sim para responderem a perguntas prontas e repetirem conhecimentos. Esta conduta no agregado produz efeitos dramáticos, sobretudo diante do desafio que se apresenta diante de nós: ou o País assume o seu papel como potência emergente, ou mergulha no charco da mediocridade econômica e política.

É preciso desenvolver o hábito de questionar e indagar, com base em suposições e hipóteses formuladas a partir de nossa realidade econômica e social. São os fatos que devem ditar nossas ações. A observação crítica de nossa realidade é que deve



sempre pautar nosso raciocínio.

Não basta assumirmos candidamente como premissas válidas o extenso receituário que a doutrina econômica oferece para responder às nossas indagações. O que precisamos para crescer? Ora, o livro texto responde: a aplicação da poupança em investimentos de capital, de forma a promover a infraestrutura do aparelho produtivo! Agora é só sentar e esperar, que tudo está resolvido.

Embora seja possível aproveitar a experiência bem-sucedida dos países desenvolvidos, no que concerne à definição de modelos de crescimento, sejam eles exógenos ou endógenos, na medida em que a teoria do crescimento econômico possui um forte viés histórico-indutivo, ou seja, a história e os componentes políticos e sociais são bastante relevantes no processo, não devemos descartar a impor-

tância que estas dimensões assumem quando se pretende empreender um círculo virtuoso de desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, é preciso formular uma pergunta inicial, com base na hipótese de que as dinâmicas políticas e sociais, bem como as potencialidades intrínsecas de nosso País, já são conhecidas: qual o modelo de crescimento que mais se adapta ao perfil social e econômico de nosso País? Parece simples, mas não é. Quando o Estado resolve empreender ações que tenham por escopo promover o crescimento econômico sem que esta questão seja resolvida e clarificada equivale a colocar água num barril furado.

Basicamente, existem três abordagens acerca do papel que o Estado deve assumir em face desta questão. A primeira delas considera que os mercados competitivos devem ser deixados

agir livremente, de maneira que a intervenção do Estado seria pontual e limitada à correção das chamadas falhas de mercado, tais como as externalidades e os bens públicos. Ou seja, a intervenção estatal ocorreria apenas nas condições em que a alocação de recursos seria subótima em razão das falhas de mercado.

A segunda abordagem sugere um ativismo estatal, de tal forma que os instrumentos de política econômica são orientados para a industrialização, via de regra por meio de medidas protecionistas e subsídios a determinados setores. Dessa forma, o Estado desenvolvimentista prevalece sobre o mercado, na medida em que a ele compete definir quais os produtos e tecnologias que devem ser estimulados, mobilizando para isto seus instrumentos de incentivo.

O problema reside nas distorções alocativas que acabam surgindo com o tempo. Por fim, o terceiro modelo assume que o equilíbrio do mercado é uma ficção e a competição empresarial é inerente à dinâmica capitalista. Assim, a inovação tecnológica gerando vantagens competitivas seria o verdadeiro motor do crescimento, conforme o pensamento de Schumpeter declarado há quase cem anos.

Neste modelo, embora os protagonistas sejam as empresas, ao Estado compete o papel de promotor do ambiente e das instituições facilitadoras da inovação tecnológica. Uma vez definido o modelo, define-se então a estratégia de crescimento.

* Economista e doutor em engenharia de produção pela Coppe/UFRJ. Coordenador do curso de MBA em finanças corporativas e mercado de capitais da UFF